

Portugal deve devolver peças de arte às ex-colónias?

leitor.expresso.pt/semanario/semanario2588/html/primeiro-caderno/a-abrir/duelo/portugal-deve-devolver-pecas-de-arte-as-ex-colonias-

DUELO

Na semana em que abriu o Museu do Tesouro Real, é adequado trazer para o ‘Duelo’ um tema que tem feito correr muita tinta, sobretudo lá fora



António Pinto Ribeiro

SIM A reclamação de obras de arte e de culto, de arquivos, de restos mortais pertencentes originariamente a povos e comunidades de territórios sujeitos ao tráfico negreiro e ao colonialismo pelos impérios europeus tem um longo historial e deve ser associada ao movimento a nível mundial de descolonização e de reparação aos Estados herdeiros ou representantes das nações e povos sujeitos a estes tráficos ilícitos. O processo não é novo. Um dos registos mais antigos é uma carta de um velho cristão, de 78 anos, batizado em Luanda. A carta, datada de 1933, é dirigida ao Padre Lourenço Mambuko solicitando a sua intervenção junto do Museu de Trocadéro para que fosse devolvido a Cabinda um conjunto de objetos levados para este museu. Este processo de reclamações adensou-se ao longo do século XX e foi legitimado a partir de várias convenções internacionais, que obrigam à restituição dos objetos trazidos ilegalmente das ex-colónias. Em França, o

processo de devolução acelerou-se na sequência do relatório sobre a devolução do património cultural africano. Desde então, os Governos francês, belga, holandês e alemão continuaram ou iniciaram o processo de devolução das obras segundo protocolos científicos e diplomáticos reconhecidos pelas partes envolvidas. Trata-se da devolução aos seus legítimos proprietários de obras identitárias, simbólicas e culturais inalienáveis.

Portugal deve seguir o imperativo de justiça universal e o movimento civilizacional global

Os negacionistas que pretendem impedir este movimento global recorrem a falácias: que as obras não foram trazidas pelo valor que eventualmente pudessem ter, mas como lembranças. Não é verdade: a retirada ilegal destas obras fazia parte de estratégia de colonização do espírito e de apropriação material rentável que foi levada a cabo por políticas governamentais executadas por missões militares, missionários e exploradores contratados para tal pelos impérios coloniais. Dizem ainda que não se pode ajuizar com o espírito de hoje ações de outras épocas. Falso: estas apropriações eram constitutivas de um processo de apropriação em massa (500 mil só na Europa, numa estimativa por defeito). Na mesma época em que tal acontecia, algumas vozes já denunciavam estas situações de genocídio cultural total ou parcial. Trata-se de um mal absoluto sem a admissão de qualquer relativismo cultural. Afirmam ainda que não existem no continente africano museus para acolher estas obras expropriadas a serem devolvidas. Falso: só nos países africanos existem mais de 500 museus e temos ainda de admitir que o museu não é o único instrumento para acolher e expor as obras. Em Portugal, com exceção de alguns debates minoritários e do trabalho meritório do ICOM, o Estado e os Governos têm-se furtado a esta discussão e muito pouco tem sido feito, com o argumento, pouco inocente, de que não tem havido reclamação por parte das ex-colónias portuguesas. Em caso de furto, não é a ausência da queixa que invalida o ato de furtar; para além de que me parece que o Estado deva seguir o imperativo de justiça universal e o movimento civilizacional global.

Investigador do Centro de Estudos Sociais de Coimbra

NÃO A questão é pertinente, mas não podemos correr o risco de cair em respostas politicamente corretas, descabidas de qualquer noção com a realidade. Em primeiro, há que ter um trabalho multidisciplinar entre museólogos, antropólogos, biólogos, geólogos, com a mediação do ICOM Portugal e APOM, no sentido de avaliar o que existe em Portugal que possa fazer parte desta lista. Segundo, distinguir arte feita com materiais provenientes de alguns destes sítios por artífices portugueses ou europeus de peças



José Alberto Ribeiro

genuinamente autóctones. Por exemplo, o primeiro ouro de Quiloa com que Gil Vicente fez a Custódia de Belém, em 1506, por ser produzida com ouro africano devia ser devolvida para onde?

Terceiro, há que rever o inventário dos museus nacionais como começo para perceber a escala de objetos de arte oriundos das ex-colónias. Este trabalho deveria ser feito em colaboração e parceria com profissionais de museus de língua oficial portuguesa. Temos que ter em conta que muitos museus destes jovens países lutam com muitas dificuldades para manter as suas coleções, alguns dos quais referem, inclusivamente, não ter condições mínimas para manter as coleções à sua guarda. Um trabalho desta envergadura terá que ser obrigatoriamente em conjunto. Um bom projeto internacional para propor à UNESCO.

Não podemos correr o risco de cair em respostas politicamente corretas, sem noção com a realidade

Em relação à África lusófona, a situação é de grande delicadeza, pois já existem profissionais, mas faltam os meios, e Portugal poderia receber nos seus museus profissionais destes países. Este projeto sensibilizaria os países de origem para a necessidade de investir nesta área e descobrir que peças reúnem condições para voltar, sendo que muitos destes países consideram que há peças mais bem instaladas em Portugal.

Quarto, não haverá em Portugal situações como os célebres frisos do Pártenon ou mármores de Elgin montados no British Museum. São peças arrancadas do Pártenon, na Acrópole de Atenas, pelo exército otomano e levadas para Inglaterra pelo embaixador inglês para “protegê-los” da destruição. Ou o Portal de Ishtar. Oitava porta da cidade da Babilónia, atual Iraque, levada após uma escavação arqueológica e depois montada no Museu Pergamon, em Berlim. No entanto, há certamente casos a estudar melhor e criar lista de património a devolver in situ se as condições o permitirem ou os espaços museológicos.

Também Portugal perdeu coleções de renome, com o saque dos franceses, na sua primeira invasão, contam-se milhares de espécimes, animais e vegetais, que se encontram no Museu de História Natural de Paris. Hoje, nesse museu, este material, roubado em Portugal entre 1807 e 1808, é conhecido como a coleção do Cabinet de Lisbonne. Calcula-se que só da coleção do Palácio da Ajuda tenham saído mais de mil animais provenientes do Brasil. É um assunto particularmente sensível, que deve unir países pela cultura e legados culturais únicos e não fraturá-los. Daí ser necessário muita Academia, profissionais da área para escolher com bom senso o que houver para escolher.

Diretor científico do Museu do Tesouro Real